PORTARIA Nº 093/2025

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, Inciso III, "a" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) c/c art. 36, inciso II da EC 103/2019 e do art. 22 da Lei municipal nº 1320/01, autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal n° 10887/04, e declara a vacância do cargo público da servidora **Vera Lucia Alexandre.**

Allan Pyetro de Melo de Souza, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art.1° Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1°, Inciso III, "a" da CF, c/c art. 36, inciso II da EC 103/2019, art. 22 da Lei Municipal n° 1.320/2001 e do art. 1° da Lei Federal n° 10887/04, a servidora **Vera Lucia Alexandre**, detentora da matrícula funcional n° 3745374-01, inscrita no CPF sob o n° 622.081.289-15 e no PIS/PASEP sob o n° 122.539.681-71, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Orientador Educacional, **Nível**: PED-3, **Letra**: "F", do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da média da remuneração das contribuições, conforme a metodologia de cálculo disposta nos § 3° e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional n° 41/2003) e na Lei Federal n° 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2025, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto n° 1.304/2011.

Palhoça, em 12 de agosto de 2025.

Allan Pyetro de Melo de Souza Presidente do IPPA Thiago Pedro da Rosa Técnico Previdenciário Matrícula 900049-01

IPPA/tpr